

# Companhia Energética do Jari - CEJA

CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.103	249.812	Fornecedores	15	106.705
Concessionárias	5	45.846	43.684	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	54.289
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	17.342	7.317	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	1.382
Outros tributos compensáveis	6	3.936	6.851	Outros tributos a recolher	6	13.211
Estoques	11	4.858	5.011	Dividendos	16	59.912
Cauções e depósitos vinculados	9	785		Uso do bem público	18	2.822
Prêmio de risco - GSF	10	2.294	2.294	Provisões	19	5.998
Outros créditos	12	1.198	4.934	Outras contas a pagar	12	2.218
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>150.577</b>	<b>320.688</b>		<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>246.537</b>	<b>244.853</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>		
Cauções e depósitos vinculados	9	22.294	24.783	Empréstimos e financiamentos	17	341.451
Prêmio de risco - GSF	10	9.748	12.042	PIS e COFINS diferidos	7	20
Outros Créditos	12	725	1.544	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	110.376
Imobilizado	13	1.005.301	1.013.139	Uso do bem público	18	31.367
Intangível	14	440.682	454.271	Provisões	19	10.329
<b>Total do Ativo Não circulante</b>	<b>1.445.983</b>	<b>1.467.410</b>		Outras contas a pagar	12	9
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.629.327</b>	<b>1.826.467</b>		<b>Total do Passivo Não circulante</b>	<b>493.561</b>	<b>543.315</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

TOTAL DO PASSIVO

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

1.629.327 1.826.467

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2023	2022	(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Receitas</b>				<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	850.824	150.317	-	<b>1.001.141</b>
<b>Custo da operação e do serviço de energia elétrica</b>	21	338.638	315.195	Dividendo adicional aprovado - AGOE de 29/04/2022		(67.959)	(67.959)	
Custo do serviço de energia elétrica	22			Lucro líquido do exercício			169.966	169.966
Custo de operação		(68.133)	(45.213)	Destinação do lucro				
<b>Lucro bruto</b>		(49.665)	(50.386)	Constituição de reserva legal	8.498		(8.498)	-
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	22	(117.798)	(95.599)	Reserva de incentivo fiscal (ADA)	28.749		(28.749)	-
Despesas gerais e administrativas		220.840	219.596	Dividendos intermediários (JSCP) - RCA 21/12/2022			(64.849)	(64.849)
Outras despesas e receitas operacionais		(25.143)	(20.895)	Dividendos adicionais propostos	67.870		(67.870)	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>		(181)	(1.468)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
<b>Resultado financeiro</b>	23	(25.324)	(22.363)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
Receitas financeiras		35.886	27.458	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
Despesas financeiras		(35.902)	(50.256)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		(16)	(22.798)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	24	195.500	174.435	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.578)	(8.618)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.363	4.149	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		(6.215)	(4.469)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	25	189.285	169.966	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)		7.33833	6.58936	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
ON				<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	850.824	187.475	-	<b>1.038.299</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(Em milhares de reais)	Nota	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		189.285	169.966
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		189.285	169.966
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO</b>			
<b>EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO</b>			
(Em milhares de reais)			
<b>Geração do valor adicionado</b>		2023	2022
Receita operacional		416.933	393.665
Receita relativa à construção de ativos próprios		391.173	367.065
Outras receitas		24.922	24.275
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>		298	2.325
Custos da energia comprada	(116.014)	(93.665)	
Encargos de uso da rede elétrica	(41.854)	(16.674)	
Materiais	(33.207)	(31.131)	
Serviços de terceiros	(6.961)	(9.924)	
Outros custos operacionais	(33.334)	(31.784)	
<b>Valor adicionado bruto</b>		(658)	(2.152)
Retenções		300.379	300.000
Depreciações e amortizações		52.715	50.563
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		247.664	249.437
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		37.641	28.801
Receitas financeiras		285.305	278.238
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		285.305	278.238
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Pessoal			
Remuneração direta		5.484	5.263
Benefícios		1.880	1.576
FGTS		562	493
Impostos, taxas e contribuições		48.477	46.632
Federais		3.714	4.051
Estaduais		1	1
Municiais			
Remuneração de capitais de terceiros		35.902	50.256
Juros		70.485	64.849
Remuneração de capital próprio		166.505	240.991
Juros sobre capital próprio		118.800	118.800
Dividendos		37.247	37.247
<b>Lucros retidos</b>		285.305	278.238
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2023	2022
<b>Capacidade instalada</b>			
Energia assegurada	(MW)	(MW)	
<b>Concessão</b>			
Início			
Término			
<b>Empresa</b>	<b>Usina</b>	<b>Estado</b>	<b>Modalidade</b>
Companhia Energética do Jari - CE			





...continuação

## Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 19.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$12.674 (R\$4.782 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 1.233/14 foi emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 13 de maio de 2014, sendo retificada em 9 de março de 2015, autorizando a Companhia a operar a UHE Jari, localizada no rio Jari, entre os municípios de Almeirim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP). A LO era válida pelo período de 4 anos, a contar da data da retificação, vencendo em 8 de março de 2019. A Companhia providenciou o processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado, e, atualmente, está aguardando a manifestação do IBAMA, sendo que, até a manifestação do mesmo, a LO permanece válida. Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7,00% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisão, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 4 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97. Por este motivo, em 31 de dezembro de 2023, foram adicionados R\$8.780 conforme demonstrado no quadro abaixo.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$606 (R\$1.488 em 31 de dezembro de 2022). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

Saldo em 31/12/2022	Adições	Realizações	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2023	
Circulante	2.510	5.032	(606)	589	(1.537)	10	5.998
Não circulante	2.272	3.748		1.078	1.537	(1.959)	6.676
Total	<b>4.782</b>	<b>8.780</b>	<b>(606)</b>	<b>1.667</b>	<b>-</b>	<b>(1.949)</b>	<b>12.674</b>

## 20 Patrimônio líquido

## 20.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado 31 de dezembro de 2023 é de R\$650.824 (R\$850.824 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGE, realizada em 26 de outubro de 2023, deliberou pela redução de capital social no montante de R\$200.000, considerando-o excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2023	Quantidade de ações	% participação	31/12/2022	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil		12.896.873	50,00		12.896.873	50,00
CTG Brasil		12.896.873	50,00		12.896.873	50,00
<b>Total</b>	<b>25.793.746</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>			

## 20.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

## Lucro a ser destinado

Lucro líquido apurado no exercício

Constituição da reserva legal - 5%

## Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

Incentivos fiscais

Dividendo adicional proposto

Dividendos por ação - R\$ - JSCP

Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares

## 20.3 Reservas

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de lucros			
Legal		20.3	189.285
Dividendo adicional proposto		(9.464)	169.966
Incentivos fiscais		179.821	(8.499)
<b>Total</b>		<b>161.468</b>	<b>100,00</b>

## 20.3.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente a 20% do capital social.

## 20.3.2 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restitutíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizado para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

## 21 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Suprimento de energia

Energia de curto prazo

## Receita operacional bruta

(-) Deduções a receita operacional

ICMS

PIS/COFINS

Encargos do consumidor

P&D

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

Outros encargos

## Receita

## 21.1 Suprimento de energia

A variação no exercício é decorrente do aumento do preço médio dos contratos devido ao reajuste, pelo o IPCA de 4,6% no ano de 2023.

## 22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissões, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2023	Custo da operação e do serviço	Despesas operacionais
Nota		Com energia elétrica	De operação
		gerais e administrativas	outras
			Total
Energia elétrica comprada para revenda	22.1	37.833	37.833
Encargos de uso da rede elétrica		30.136	30.136
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.2	6.641	6.262
Material		3.423	3.479
Serviços de terceiros	22.3	8.495	1.101
Depreciação - Imobilizado em serviço		30.030	30.030
Amortização		1.014	21.671
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			(372)
Outras	164	62	1.693
Total	<b>68.133</b>	<b>49.665</b>	<b>25.143</b>

## 22.1 Energia elétrica comprada para revenda

Contratos de compra de energia por quantidade

Energia de curto prazo

Outros

(-) Ressarcimentos CCEE

(-) Créditos de PIS/COFINS

...continuação

## Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 17), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público e das Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

## 26.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

## 26.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

## 26.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 17 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à T.I.P.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atrelados a dívidas em moeda estrangeira.

## 26.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	60.648	5.179	5.179	1.282	2.599	(1.287)	(2.579)
Caçueos e depósitos vinculados	CDI	20.980	1.983	923	2.906	744	1.495	(737)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	81.628	7.162	923	-	8.085	2.026	4.094
Emprestimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(396.020)	(31.254)	(76.821)	(12.198)	(120.273)	(22.589)	(44.857)
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(396.020)	(31.254)	(76.821)	(12.198)	(120.273)	(22.589)	(44.857)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.  
Os indicadores livram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,0% e 11,7% a.a.; e TJLP entre 6,3% e 6,9% a.a.

## 26.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 28.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023					31/12/2022	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	4.776	14.213	87.716	106.705	112.897		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	6.953	20.315	27.021	339.610	1.841	395.740	444.364
Uso do bem público	241	479	2.205	9.216	53.082	(31.034)	34.189
Licenças ambientais	325	1.040	4.777	7.992	(1.460)	12.674	4.782
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12.295	36.047	121.719	356.835	54.923	(32.494)	598.218

## 26.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle de saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impõe nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais covenants por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 28.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos.

Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

## 26.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2023 foi negativo na Companhia em R\$95.900 (R\$75.835 positivo em 31 de dezembro de 2022). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo, seja por meio da própria geração de caixa da Companhia, quanto por captação de dívida ou com eventuais aportes dos acionistas, se necessário.

## 26.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um risco com base no PLD, gerando um desprêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% desse risco hidrológico remanescente para 190MWm e 87% para 20,9MWm, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRT mediante pagamento de prêmio.

## 26.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é forteza: (i) pela legislação vigente, que impõe áquele que direta ou indiretamente causa degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

## 26.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está, principalmente, relacionada às rubricas

## • Concessões

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Silvio Alexandre Scuguglia da Silva  
Presidente  
Liyi Zhang  
Conselheiro  
Evandro Leite Vasconcelos  
Conselheiro  
Luiz Otávio Assis Henrique  
Conselheiro  
Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro  
Conselheira  
Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire  
Conselheiro

## DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Leandro Caron Rigamonti  
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)  
Lourival Teixeira Dos Santos Sobrinho  
Diretor Operacional e Técnico  
Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca  
Diretor Administrativo  
Fernando Fleischer Ferrari  
Diretor Financeiro

## CONTABILIDADE

Leandro Caron Rigamonti  
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)

Carla Renata Baptista  
Contadora - CRC 1SP328362/O-5

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Energética do JARI - CEJA